

Qual Espaço para Discutir Gênero?

What is the Space to Discuss Gender?

Telma Ferreira da Silva

Universidade Federal de Rondônia - Brasil
telmaferreira.pvh@hotmail.com

Sheila Castro

Universidade Federal de Rondônia - Brasil

Elisângela Ferreira Meneses

Universidade Federal de Rondônia - Brasil

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Universidade Federal de Rondônia - Brasil

Josué da Costa Silva

Universidade Federal de Rondônia - Brasil



Resumo

A questão de gênero embora em alguns setores apresenta-se avançada, para a maior parte da sociedade esse tema ainda não é uma realidade ensinada. E, em uma micro-escala como nos empreendimentos do Rio Madeira ou em sala de aula, encontra-se em uma condição embrionária ou ausente. Procuramos como professores compreender como os alunos entendem a questão da relação da mulher na sociedade e em seu cotidiano. Os teóricos que explanamos neste artigo corresponderam nossas expectativas conceituais e organizacionais, pois eles tal qual nós observam a mulher não como um ser a-humano, mas com diferenças físicas e biológicas. Contudo, iguais em direitos e deveres. Algumas mulheres que desconhecem a igualdade de gênero e acabam ficando na obscuridade e submissão. Ao delegar a responsabilidade do diálogo e do ensino para a mídia, uma grande parte dos pais perpetua a

Abstract

The gender issue, although presents advancements in some sectors, for the most part of society is not yet a really taught theme. And, in a smaller scale, such as in some enterprises in Madeira River or in classroom, it is in a rather embryonic stage or even absent. We tried, as teachers, to realize how students understand the question of women relationships in society and in their daily lives. The theorist expounded in this article corresponded to our conceptual and organizational expectations; they, just like us, see the woman not as a non-human being, but endowed with physical and biological differences. However, equal in rights and duties. Some women are unaware of gender equality and stay in obscurity and submission. By delegating the responsibility for dialogue and teaching for the media, a large proportion of parents perpetuate ignorance about gender issues, without even become aware of what they are doing. Thus,

ignorância sobre a questão de gênero, sem tomarem consciência do que estejam fazendo. Deste modo buscamos respaldo em geógrafos e outros autores que nos conduziram ao entendimento da questão do entendimento de gênero em sala e a atuação da mulher como parte do processo colonizador do Estado de Rondônia.

Palavras-Chave: Educação; Gênero; Feminismo; Feminista.

we seek support in geographers and other authors, who have led us to understand the question of gender apprehension in the classroom and the role of women as part of the colonization process in the state of Rondonia.

Keywords: Education; Gender; Feminism; Feminist.



Introdução

Dentro do contexto educacional de uma região como Rondônia que foi área de diversos movimentos migratórios questionarem a situação do entendimento do que é ser mulher e como entender o seu papel diante da força estatal e de uma sociedade machista, onde todo o processo migratório é extremamente difícil para todos os que vivem imagine para a mulher que é esquecida e anulada, sua participação demorou muito mais tempo para ser evidenciada e reconhecida no cenário sócio do estado.

Vamos primeiramente contextualizar brevemente alguns dos movimentos migratórios depois adentraremos na questão da busca para que a questão de gênero fosse percebida no ensino médio na escola pública de um estado que vive uma constante transformação e possui dinâmica migratória ainda muito elevada.

Rondônia, após os anos 90, passou a ser submetida a um novo processo de configuração espacial, caracterizado por arranjo e re-arranjo das ações ou intervenções do poder público na Amazônia Ocidental, sendo os mesmos operacionalizados, tanto pelos atores sociais locais ou regionais, mas, fundamentalmente, pelos atores externos à região, o que nos remete à discussão do problema da não observância das potencialidades endógenas da região amazônica. O processo de intervenção se repete com o mesmo padrão, ou seja, de 'fora para dentro' da Amazônia, cujos reflexos se fazem sentir também em Rondônia.

Três grandes momentos caracterizaram o processo de ocupação da Amazônia: o primeiro caracterizado pelo surto gomífero; o segundo pelo processo de colonização agrícola, do qual derivou uma série de problemas ambientais com destaque para os índices de desmatamento deflagrados em Rondônia e a garimpagem de ouro na calha

do rio Madeira, que propiciou a conseqüente contaminação da biota pela emissão do mercúrio. Por fim, temos o terceiro momento, caracterizado pelo avanço dos Macro-vetores de Desenvolvimento em direção a Amazônia, com destaque para Energia, Transportes e o Agro business.

Toda essa dinâmica das mudanças estruturais que os moradores do estado de Rondônia passaram e ainda vivenciam em sua paisagem, no seu território, no lugar e no espaço são dentro dos estudos de cada categoria abordados de maneira diferente. Porém, é no lugar de vivência cotidiana como família, escola e amigos que essas transformações têm maior impacto e vêm ocorrendo antes da criação do atual Estado e seguem até o tempo atual. Os diversos momentos econômicos que aconteceram e ainda acontecem no estado atraem movimentos migratórios. Os movimentos migratórios foram caracterizados como: o incentivo para a extração do látex ou Borracha; os Garimpos de ouro do rio Madeira, os PIC e os PAD¹, a criação da Usina Hidrelétrica de Samuel, e o mais recente, a construção dos Complexos Hidrelétricos do Rio Madeira com a Usina de Jirau e de Santo Antônio.

A intensidade das reorganizações espaciais como consequência desses macrovetores proporciona um vasto campo para a reflexão científica. Neste trabalho nos interessa refletir como ocorrem as discussões a respeito do debate sobre as relações de gênero dentro da escola e o comportamento da mulher no âmbito educacional.

Dentro desta perspectiva, a pesquisa para o ensino da relação de gênero deve ser iniciada, ampliada e discutida no lar, na escola e na universidade. Ao refletirmos sobre as dicotomias e o desconhecimento presentes no cotidiano ao tratarmos da questão de gênero na sala de aula do ensino médio e, algumas vezes até mesmo na

universidade. Embora em alguns setores apresentarem discussões avançadas sobre esse tema, para a maior parte da sociedade esse tema ainda não é uma realidade ensinada, apreendida e vivida. E, em microescala como nas salas de aulas do ensino médio e nos empreendimentos como da usina hidrelétrica do Rio Madeira encontramos em uma condição embrionária ou ausente.

Com base em 'metodologia participativa', buscamos compreensão de como os alunos entendiam a questão da relação da mulher na sociedade e em seu cotidiano. Aproveitamos o momento do contexto de 2010/2011 com a chegada de muitas pessoas, advindas no momento das construções do complexo hidrelétrico, houve um crescimento da população masculina da cidade, e as mulheres procuraram trabalhar em diversas frentes de trabalho, até mesmo a prostituição.

Como o governo do estado e do município incentivaram a contratação de pessoal local houve a chamada das mulheres para trabalharem no mesmo, umas partes das pessoas que residem em Porto Velho, capital do estado conseguiram emprego direta ou indiretamente no Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, deste modo, vimos a oportunidade para realizar nossos questionamentos para as pessoas que estavam estudando, já que a maior parte delas estavam inseridas no mercado de trabalho. O estudo para a maior parte deles era para tentar uma vaga no consórcio Santo Antônio ou no próprio complexo hidrelétrico.

Foram alvo da pesquisa jovens e adultos que estudam em uma instituição de ensino estadual, no período noturno-, a eles fizemos três perguntas que havíamos elaborado em questionário, a primeira era a respeito do que entendiam sobre gênero? A segunda, o que é feminismo e feminino? E, a terceira se há conversa em casa sobre a relação de gênero?

Destarte, usamos para o entendimento

metodológico da pesquisa e para o ensino da relação de gênero alguns teóricos os quais nos reportaremos no decorrer da pesquisa, pois como estávamos como professores logo depois de aplicarmos o questionário desenvolveram a pesquisa de modo, mais como um diálogo, onde cada um pudesse expor sua opinião, sem que tivéssemos uma imposição teórica. Com essa postura os alunos ficaram mais abertos a participarem demonstrando como lidam com a questão de gênero.

A pesquisa ocorreu na escola EEFM Presidente Tancredo Neves, que possui em sua dependência o ensino matutino, vespertino e noturno, neste último é aplicado o ensino supletivo seriado de jovens e adultos. Realizada no período noturno com alunos do Ensino de Jovens e Adultos – EJA onde havia 255 inscritos foram preenchidos 102 questionários, aplicados em cinco turmas. Nesta instituição o que nos chamou atenção, foram as respostas obtidas ao questionarmos alguns alunos do que seria no entendimento deles gênero, feminismo e feminino, as respostas que obtivemos foram as mais variadas possíveis dentro da sala de aula. Ao elaborarmos questionários para esta pesquisa sobre o entendimento e do ensino sobre gênero buscamos, entender onde poderia estar presente o fato do desconhecimento, e do porque não falar com seus filhos, marido e amigos sobre a questão de gênero.

A escola tida como um lugar de ensino, para muitos lugares específicos onde o saber deve ser praticado como forma de conscientização de todos os cidadãos, onde o educador pode envolver os alunos na prática do aprendizado, de acordo com suas experiências, estes são princípios encontrados no PCNs, nos temas transversais, onde a Geografia como disciplina de ensinamentos críticos deve ser ensinada ao aluno, com temas que possam

envolvê-los à compreender a questão de gênero voltados para ensinamentos que os levem a prática, em seu cotidiano.

Para embasamento buscamos o 'referencial teórico' das obras geográficas, antropológicas, sociológicas e de psicanálise. Sabemos que não há pensamento que não esteja dentro de um espaço e enraizado em um lugar, por este motivo buscamos nos teóricos, David Harvey (2003); Ornat (2008); Yi Fu Tuan (1983) e Paul Claval (2001) auxílio, mesmo com divergências epistemológicas todos possuem em comum o ponto da categoria essencial do espaço para existência humana, e que o lugar é moldado pelo homem para lhe proporcionar segurança. Ao escrevermos a respeito de gênero trazemos autores que nos direcionaram como: S. Mill (2006); Beauvoir (1980); M. Mead (2006), A. Caldas (2010) e Rossini (2006). Seus posicionamentos corresponderam nossas expectativas conceituais e organizacionais, ao observarem a mulher não como um ser a-humano ou vitimadas, mas com diferenças físicas e biológicas, mais iguais em direitos e deveres. Algumas mulheres que desconhecem a igualdade de gênero e acabam ficando na obscuridade e submissão. Ao delegar a responsabilidade do diálogo e do ensino para a mídia, uma grande parte dos pais perpetua a ignorância sobre a questão de gênero, sem tomarem consciência do que estejam fazendo.

O que nos respalda, como geógrafas a discutir a questão de gênero, é saber que as reflexões no campo geográfico são cada vez mais dinâmicas, e nos propõem ir ao encontro a ação social do ser humano, que tece suas redes de convívio, Oswaldo Bueno Amorim Filho (2007), relembra a pluralidade do alcance que a geografia cultural abre para os geógrafos. E para entendermos cada vez mais o metiê referente a Geografia Cultural buscamos Paul Claval (2001), pois para ele, a cultura se dá na relação sensível e visível com a superfície da terra, ele também entende

que a cultura só existe através dos indivíduos que a utilizam e transmitem, transformando-a e difundindo-a, pois:

Sem ela, eles estariam desamparados: o instinto não é suficiente para guiá-los. Faz-se necessário dispor de armas para a proteção e para a caça, de utensílios para produzir, habitar e se vestir. A linguagem permite que os homens se comuniquem. Suas relações só se desenvolvem a contento quando inseridas em contextos admitidos por todos (CLAVAL, 2001, p. 89).

E, com a certeza de que não há nem mesmo conscientização sem o espaço, e que as materializações de nossas atitudes dão-se no âmbito próximo, no lugar, compreendo Ornat (2008: p.310-311 apud COSGROVE), quando afirma que a geografia está em toda parte, e a discussão sobre gênero está na escola, em casa, no sindicato, na universidade, etc. Dentro da afirmação sobre o espaço temos a abertura para entender a complexidade que transformou os conceitos relacionados ao feminino, feminista, tendo por base a experiência geográfica exposta no decorrer do texto. Harvey (2003: p.187), quando apresenta o sentido e as atribuições do espaço, coloca-o como categoria básica para existência humana, porém raramente discutimos o seu sentido, e ao lhe darmos atribuições do senso comum acabamos por ficarmos sem a devida noção de qual espaço estamos nos referindo.

O espaço das experiências educacionais de gênero, que as pessoas demonstram conhecer ao serem entrevistadas, lhes levou a exporem a intimidade do seu pensamento, como para Yi-Fu Tuan (1983), nos afirma que as relações de espaço e lugar existem na experiência, e o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar,

contudo:

O 'Espaço' é mais abstrato do que o 'lugar'. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locais do espaço. As ideias de 'espaço' e 'lugar' não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p. 6).

Ao detectarmos a necessidade da discussão do papel conferido a mulher com interpretações erigidas e elaboradas a partir da pesquisa realizada, as próprias abordagens internas feitas ao uso dos conceitos e dos costumes impostos pela comunidade local e pela educação familiar e formal, entendemos o conceito de educação como todo processo de formação do indivíduo em sociedade, e nessa perspectiva ela deve abranger segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional² - LDB: Título I; Art. 1º. “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Desta forma, toda relação social pode ser entendida como processo educativo, ou seja, as espacialidades constitutivas da experiência humana auxiliam

a erigir o que entendemos como gênero.

Homem, mulher, família cada um destes, são constituídos de um conjunto de relações internas, mais numerosas e mais complexas, pessoais e impessoais, já que realizam a seu modo um tipo de organização doméstica que existe fora dela e que tende a ultrapassá-la. A transformação do grupo corresponde a um remanejamento profundo de seu pensamento. É como um novo ponto de partida. O espaço produzido faz parte das modificações e transformações sociais realizadas pelos homens e mulheres, por isso Soja (1993) afirma que,

[...] o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais. [...] O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p. 101-102).

A memória não tem alcance sobre todos os estados passados e não os restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças impostas pelo contexto social, pelo poder exercido pelo homem. O poder referendado pela própria mulher ao se submeter, ao delegar tamanha autoridade ao homem, é considerado por Bourdieu (1989), como o poder simbólico, que acaba por ser o principal construtor da realidade, por isso:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social). Os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. A relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de *posse* que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui. O campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites. Os conflitos de competência que os podem, opor a proximidade dos interesses e, sobretudo, a afinidade dos *habitus* ligada a formações familiares e escolares semelhantes favorecem o parentesco das divisões do mundo (BOURDIEU, 1989, p.9, 10).

As mulheres ao delegarem poder aos homens colocam-se submissas a autoridade masculina. Para um dos primeiros teóricos a questionarem a submissão das mulheres retrata que, é a submissão da mulher ao poder do marido, dos pais, dos filhos e quando já não há mais ninguém para comandá-la era excluída, considerada inútil e inválida

intelectualmente e sem poder de decisão, relegada a um estado pior do que o da escravidão. Pois, o escravo almeja sua liberdade e em muitos casos, a mulher é presa por ela mesma e sua negação a si, não a deixa romper com os laços. S. Mill (2006) afirma que:

os homens não querem unicamente a obediência das mulheres; eles querem seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais brutais, desejam encontrar na mulher mais próxima deles, não uma escrava conquistada à força, mas uma escrava voluntária; não uma simples escrava, mas a favorita [...] Portanto eles colocam tudo o que for possível em prática para escravizar suas mentes. Os senhores de todos os outros escravos contam com o medo para manter a obediência: ou o medo deles mesmos ou o medo religioso. Os senhores de mulheres queriam mais do que simples obediência e eles usavam a força da educação para atingir seus propósitos (MILL, 2006, p. 31-32).

A discussão de gênero tratada neste artigo é distintiva, é a tentativa de reter as especificidades das circunstâncias espaciais, históricas e sociais particulares sob a rubrica do local da pesquisa sobre os sistemas de sexo e gênero (sexo são os órgãos genitais pênis e vagina distinguindo macho e fêmea), ou a respeito de relações sociais de gênero onde mulher/homem vivem em sociedade em espaço determinado e moldado.

O papel narrado pelas mulheres que viveram e vivem sob o jugo masculino e não tem consciência de seu papel como indivíduo feminino e feminista, é o mais diverso algumas narram a que é normal, outras se vitimam e sentem-se angustiadas por sua

situação e, ao mesmo tempo demonstram revolta pelo tratamento que algumas vezes lhes é dado.

Encontramos na questão feminista no âmbito educacional, pois a questão da submissão, do desconhecimento, se mostram visíveis dentro das salas de aula, nas concepções dos alunos. É como Benhur Pinós da Costa & Álvaro Luiz Heidrich (2007: 83), retratam a fragmentação do sistema, as micro relações que os indivíduos aceitam como o normal das estruturas sociais, já que estão dentro do cenário que lhes levam a colaborar com determinado papel elaborado pela sociedade:

O ator social se encontra fragmentos a um sistema de situações, por muitas vezes discordantes, regidas por normas, atividades e contextos morais específicos, porém abarcados por uma totalidade que produz o corpo integrado do social. O sistema social que parece fragmentado é na verdade uma rede de determinações territorializadas que abarcam parcialmente os indivíduos e os identifica como atores, ou seja, que representam convenções e estão de acordo com as necessárias atividades singularizadas a contexto produtivos. O ator apreende formas de interação a cenários determinados, adequando-se a convenções sociais fragmentadas que compõem a integração da totalidade [...] Na vida privada cotidiana, cujo centro repressor é a família, se exerce a lei e se produz a culpabilidade que nasce da resistência do desejo à lei. É na vida privada que as convenções repressoras pesam e condicionam a formação do ator social. Regras de comportamento e o fundamento de

identidades condizentes a necessária inserção na sociedade reprimem os desejos e instauram a racionalidade e a lucidez do ser. A culpa pelo desejo proibido conduz a inevitabilidade de encenação dos papéis sociais (COSTA & HEIDRICH, 2007, p. 83-89).

As mulheres fazem parte como atoras do contexto social, e todas as suas redes são estruturadas por ideais, que já estão predispostos a elas para realizarem de acordo com a sociedade em que estão inseridas.

Para o antropólogo Laburthe (1997), a identidade é um princípio de coesão interiorizada por uma pessoa ou grupo, ela consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros do grupo, que permitem um processo de identificação das pessoas em seu interior a diferenciação em relação aos outros grupos, tais como os hábitos de consumo, a alimentação, a moradia, as roupas, adereços, o lazer são moldados de acordo com o grupo em que vivem. Para Margareth Mead (2006), a questão de gênero está associada a cada sociedade que organiza as atitudes sociais dos seus membros, condicionando o comportamento pela cultura, atitudes sociais de temperamento de acordo com a diferença sexual.

A concepção de gênero da ocidentalidade imposta à mulher é preconceituosa, a mulher é vista como um ser menor, frágil, delicada, amorosa, meiga e de compreensão intelectual inferior. As nomenclaturas usadas em conceitos por grandes teóricos foram embaladas na lembrança materna então as derivações de *matri*³ é fundamentada em fragilidade, bondade, amor, desapego, prazer, enquanto *patri*⁴ é fundamentado em firmeza, compreensão, autoridade. Na maioria das sociedades estas são características adjetivas que distinguem sempre o feminino e

masculino.

A explicação dos adjetivos impostos à mulher parece evidente, elas ao contrário dos homens nas antigas corporações não tinham como reivindicar, questionar qualquer que fosse a imposição a elas atribuídas, até mesmo por serem tratadas como inferior e de existência frágil, dóceis.

Para Simone de Beauvoir (1980), a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de outro. E muitas vezes por não ter conhecimento de sua situação se auto realiza em seu papel de submissão.

Os teóricos que nos expuseram as nuances culturais impostas pela sociedade no decorrer da história, Margareth Mead (2006), conceituam a sociedade modeladora do gênero e do temperamento, Caldas (2010), expressa as mudanças impostas pelos homens, que criam conceitos para serem usados em seu favor, Beauvoir (1980), ao tratar da relação de uns indivíduos com outros, de designações móveis e imóveis, da práxis imaginária do cotidiano. Desse modo, pudemos averiguar quem são as engrenagens que acabam constituindo sem perceber 'a máquina tribal' e suas peças, Caldas (2010), compara os indivíduos dentro de uma grande máquina, colocados como engrenagens dessa máquina, ou dessas máquinas que podem formar, ou mudar os costumes, com a ajuda do tempo, ou seja, cada sociedade forma e dispõem dos conceitos de acordo com seu conhecimento:

Não há uma realidade e uma 'visão de mundo', mas as 'duas' são dimensões da mesma virtualidade. O espetáculo não é 'o resultado e o Projeto do modo de produção existente' (o espetáculo seria

somente subproduto do capitalismo), mas a forma de existência de qualquer conceito de realidade [toda 'sociedade' existe somente em manifestação, em festa, em representação de papéis, em substituição da 'coisa' pelo 'ator' sendo, 'os dois', imaginários do mesmo], como o próprio conceito de 'modo de produção: feixes, nódulos, dobras, torções discursivas num jorro de conceito (CALDAS, 2009, p.17).

E, por esse motivo que não invocamos a ideologia da mulher frágil, ou do homem vilão, mas as práxis sociais excludentes que envolvem a mulher e o desconhecimento, do que significa ser feminista e ser feminina. Pois, ao observar as práticas sociais que ocorreram dentro de algumas escolas e que talvez de acordo com a realidade do ensino no Brasil, e principalmente do estado de Rondônia é deveras assustadora, começamos a compreender como esta teia emaranhada de fios que se cruzam e não são compreendidos por quem os usa, funciona. Escrevemos 'usa', pois as mulheres adultas que foram entrevistadas sobre o que é feminismo e feminista têm cada uma, opinião diferente do que sejam verdadeiramente estes conceitos.

Será que não interessa para a mulher saber quais conceitos lhes são impostos ou os que foram conquistados? Será que ao culparmos os homens por machismos nos excluímos, nos esquecendo de que a culpa também recai sobre nossos ombros? Ao deixamos que, a educação dada a nossos filhos não seja diferente da que nos foi imposta e ao acreditarmos em tudo, que a mídia nos oferece nas telenovelas, acabamos por aceitar e continuamos na ignorância. Como transmitir o conhecimento da questão de gênero ao ponto que os alunos possam praticá-los em sua residência, no convívio da

família e na criação dos filhos?

Rossini (2006) nos dispõe o conceito do que significa gênero, de forma simples e de fácil compreensão:

Gênero é um conceito que identifica o tipo de relação social que se estabelece entre homens e mulheres, determinada pela cultura em que vivemos. As relações de gênero são socialmente construídas e, como tal, específicas de cada formação social que por sua vez sofre alterações econômicas e culturais. O termo sexo é diferente de gênero, pois diz respeito às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Igualdade e equidade de gênero, quando falamos em igualdade de gênero, estamos aplicando essa definição às relações sociais entre mulheres e homens. Nesse sentido, a igualdade de direitos de oportunidades e acesso aos recursos bem como a distribuição equitativa das responsabilidades relativas a família são indispensáveis ao bem estar social. Equidade de gênero refere-se a igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e as transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como a mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral. Preconceito de gênero chamado também de sexismo, o preconceito de gênero é uma atitude social que diminui ou exclui as pessoas em geral as mulheres, de acordo com o seu sexo. Relacionado ao pensamento e aos hábitos individuais e sociais, envolve

atitudes que afetam o comportamento e, frequentemente, nem são percebidas (ROSSINI, 2006, p.18).

O caráter oposto para os dois gêneros, masculino e feminino é de busca da igualdade de direitos, que só serão possíveis com a evolução educacional, não só da escola, mas da casa, da família, dos costumes da criação, é a necessidade de mudanças na práxis familiar, onde o gênero é formado por designações de papéis. E, dessa maneira o gênero feminino é envolvido em tarefas de meninas e o masculino envolvido com atitudes que lhe influenciaram no decorrer de sua vida, um exemplo é o menino ser incentivado a não chorar 'por que homem não chora!' e a menina a brincar de boneca 'cuidar da filhinha'. Por causa dessas características buscamos focar nos teóricos que reconhecem a mulher como o outro do homem (a fêmea do macho), os que buscam entender os dois como seres que detêm sentimentos, ambições, desejos iguais ou diferentes em ambos os sexos, pois os sentimentos que as mulheres possuem não são desconhecidos totalmente aos homens a diferença que exclui ou inclui a mulher está na mente, no intelecto dentro de como somos capazes de ver o outro.

Não é a ausência ou o possuir o falo, nem mesmo a questão da sensibilidade ou fraqueza da mulher, pois, estes assuntos já estão ultrapassados em embates por diversas correntes feministas, portanto é na diferença entre ambos imposta pela família em uma sociedade de cultura machista, que procura na mulher ver inferioridades inexistentes, ou impostas pela história que nega à mulher a equidade. É a partir das etapas iniciais da vida que se transmitem os valores essenciais para a formação da cidadania e não pelo nascimento de menino ou menina como nossa sociedade acaba perpetuando um

engano antigo.

A maneira como as crianças são educadas pelos pais desde quando nascem não tem consciência do que é masculino ou feminino, não distinguem as diferenças corporais, mas elas percebem o tratamento que os pais têm entre si e com os outros. Quando vão para escola necessitam de educação, e neste momento a escola deve dispor para o ensino revistas ou livro que podem ajudar o docente a ensinar a questão da igualdade e equidade de gênero pode ser usado em sala de aula para trabalhar a igualdade e equidade de gênero, pois para ela essa:

igualdade de direitos de oportunidades e acesso aos recursos bem como a distribuição equitativa das responsabilidades relativas a família são indispensáveis ao bem estar social. Equidade de gênero refere-se a igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e as transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como a mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral, (ROSSINI, 2006, p.18).

É da mesma autora (2006), que também pode ser usada para levar a turma a compreender que o preconceito de gênero é uma atitude social, que diminui ou exclui as pessoas em geral as mulheres, de acordo com o seu sexo. Relacionado ao pensamento e aos hábitos individuais e sociais, envolve atitudes que afetam o comportamento e, frequentemente, nem são percebidas. Podemos notar que o estereótipo de gênero e o preconceito em sala de aula afetam todos os alunos independentemente de seu sexo, pois o

estereótipo,

É uma opinião pré-determinada que afeta as relações interpessoais. O estereótipo aparece como uma forma rígida, anônima, reproduz imagens e comportamentos e separa os indivíduos em categorias. Ex. meninas não choram. O preconceito de gênero afeta tanto meninas quanto meninos. Se for eliminado, melhorará sensivelmente a vida de todos, pois um ambiente livre do sexismo oferece melhores condições de desenvolvimento físico e psicológico além de possibilitar maior aproveitamento escolar. Agindo segundo estereótipos sexistas, o espírito humano funciona de maneira binária, atribuindo as mulheres qualidades e fraquezas que são negadas aos homens, ao mesmo tempo em que estes se veem cumulados de qualidades e defeitos que são negados as mulheres (ROSSINI, 2006, p.19).

Para John Mill Stuart (2006), o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos, é a subordinação legal de um sexo a outro, está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano, tal subordinação deveria ser substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem haver qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro.

A discussão do feminismo, do imaginário feminino, ou do imaginário de mulher e de feminista, propicia a discussão que leva a própria mulher a reivindicar-se como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes,

se compraz no seu papel de outro. A realidade de preconceito, submissão e desconhecimento advinda das décadas de imposição da sociedade em perpetuar a visão de mulher com preconceito embutido tanto nos homens como nas mulheres. Pois às vezes a mulher é tão preconceituosa quanto o homem.

Considerações Finais

O gênero feminino em seu formalismo dentro da academia vive constantemente lutando para que haja igualdade no tratamento, nas aplicações da lei. Por mas que as mulheres cheguem a conquista, a vitória não é plena, pois ainda há muitos paradigmas a serem quebrados e as vicissitudes que estão expostas entre homem e mulher devem ser explanadas e sanadas com o referendado intelectual e social.

Dentro da sociedade o entendimento de que, o papel da mulher não é só como coadjuvante, mas muitas vezes ela assume o papel principal no contexto em que se encontra, exemplo disso são as mulheres que ajudaram os maridos na colonização de Rondônia, que tiveram participação especial em muitos fatos, que formaram a sociedade, mas sempre foram deixadas nos bastidores.

Os entrevistados na maior parte mulheres mostrou-nos, que, suas certezas são e estão formuladas através das mídias televisivas, que as iniciam em um círculo vicioso, de formar cada vez mais pessoas alienadas. Ao serem arguidas em sala de aula sobre qual sua concepção de gênero, ao darem respostas das mais criativas e voltadas para o que aprendem pela mídia televisiva, acabam ficando totalmente fora do contexto do que significa relação de gênero, por adquirirem o conhecimento a respeito deste por veículo descompromissado com a qualidade do ensino.

Há necessidade de ser colocado em prática

o ensino da relação de gênero no lar, no convívio da casa, pois é neste lugar onde as relações mais íntimas ocorrem, tanto a mulher quanto o homem devem compreender que igualdade começa dessa relação íntima que, ocorre dentro do lar e vai ser consolidada na sociedade.

Ao serem questionados sobre quais direitos foram conquistados pelas mulheres entre os séculos XX e XXI, se alguém sabia de algum que fosse mais comum, quase cem por cento afirmaram que o direito de usar as roupas que quisessem, ou de sair quando tivessem vontade, ou seja, confundem o direito político e de decisão, com direitos sociais de lazer. Não lembram ou não sabem que o próprio ato da educação feminina teve modificações enormes no século XX, a mulher rompe a discriminação e entra no espaço acadêmico, que antes era composto só pelo sexo masculino e começa a lutar dentro da academia por agregação de mais direitos para a classe feminina. No ambiente de trabalho, com a necessidade de mão-de-obra o comércio e as indústrias abriram as portas para que as mulheres pudessem trabalhar. Esse exemplo não pode ser considerados como vitória, pois a mulher não foi inclusa no mercado de trabalho pela sua competência foi pela necessidade de uma mão-de-obra, que no momento da Segunda Guerra Mundial ficou desfalcada, com a ida dos homens para o campo de batalha, porém quando a guerra acabou houve uma tentativa de deixar as mulheres em suas casas, contudo elas não aceitaram. Foi a negativa das mulheres ao recusarem ficar sem o emprego que caracterizou uma das conquistas alcançadas, e mesmo essas mudanças que ocorreram há tanto tempo são quase totalmente desconhecidas ou ignoradas.

Ao culparmos os homens por machismos excluimos as mulheres, esquecemos as vezes que as mulheres são tão culpadas, pelo preconceito e discriminação ao propagarem

aos filhos e filhas, a desigualdade de gênero essa culpa também recai sobre os ombros femininos. Na maior parte dos questionários aplicados a resposta a pergunta se há discussão de gênero em casa a resposta foi negativa, esta resposta demonstra que se não aplicarmos a nossos filhos educação com compromisso, a ensiná-lo a respeitar o outro, seja ele ou ela quem for, será difícil evoluirmos a discussão de gênero, se é na família e em casa o primeiro lugar para discussão de gênero. É dentro de casa, no ceio familiar, no relacionamento do pai com a mãe e dos pais com os filhos. Somente depois é que a escola será outro espaço para o ensino da igualdade de gênero a criança vai ter esse contato com os coleguinhas, que irão adentrar em sua vivência, nesse estágio da vida é importante que seja ensinado a igualdade, equidade e respeito pelo outro.

Como na escola em questão não há discussão e gênero com os alunos observamos que ela deve surgir desde o ensino pré escolar com o incentivo às crianças respeitarem as diferenças e no nível médio a discussão de gênero deve surgir como forma de entendimento do indivíduo enquanto cidadão. Nos surpreendeu conhecer pessoas que pesquisam gênero, e estão passando por situações de violência sexual e intelectual, e essas não são pessoas que faltam o conhecimento, mas por causa do meio social não denunciam e demonstram com essa atitude que conhecer não é entender, nem compreender. Essas mulheres mesmo estudando sobre gênero e igualdade não compreendem que a igualdade começa da dentro da pessoa, e só depois da do outro, a mulher precisa conhecer-se e respeitar-se para poder conquistar o respeito do outro.

A sociedade não deve continuar propensa, a permanecer acreditando em tudo que a mídia televisiva lhe oferece, as discussões devem circular mediante a dúvida, e na curiosidade em saber o como e o porquê de

certos estereótipos de figuras do gênero feminino são apresentadas nas telenovelas brasileiras.

Os papéis sociais que homens e mulheres possuem deve ser dosado com o respeito entre ambos, demonstrar esse respeito aos filhos para que desde a infância haja na criança o modelo a ser seguido. Tanto menino, quanto meninas devem ser ensinadas o que é de igualdade de gênero. Uma parcela da culpa pelo desconhecimento pode ser atribuída a educação midiática, que projeta o imaginário da mulher feminina, que deve ser desejada e cortejada, como se fosse o da mulher feminista, esta confusão que deve ser gerada diante da parcela da sociedade que não detém o esclarecimento dos conceitos de gênero dos termos de feminista e feminina, é assimilada pela comunidade e reproduzida em seus lares. Ou seja, entendemos o que Sheila Castro (2009), afirma como consciência feminina, o que é diretamente imposto a mulher pela sociedade e atualmente com mais força pela mídia – moda, televisão, revista, rádio. É o sujeito formado diretamente para ser desejado, cobiçado, elogiado. E, a cada momento desejar novos estereótipos.

Do mesmo modo compreendemos Sheila Castro (2009), quando coloca que a questão do feminismo deve ser inserida no sujeito enquanto indivíduo, quando ele busca resgatar o conhecimento de seus direitos e de suas obrigações, pois este conhecimento ainda não é criado pelo *habitus* mas, sim pela necessidade individual criada pelo próprio sujeito quando nele há consciência política ou necessidade de exercer o poder decisório, tendo a consciência de gênero ou política sendo formada dentro da família e nas instituições de ensino.

¹ O Território Federal de Rondônia, ex-Guaporé, criado pelo decreto nº 5.812, de 13.09.43, é constituído de áreas desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso. O Serviço de Patrimônio da União (SPU) e Governo do Território de Rondônia até a promulgação do Estatuto da Terra – lei nº 4.504, de 30.11.64, foram os órgãos responsáveis pelas concessões de terras no território de Rondônia. Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA através do decreto lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando desde então a ser o Órgão Federal executor, por excelência tanto da política de desenvolvimento como a reforma agrária do país. Entre 1968 e 1970, com a conclusão da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, Rondônia despertava como o novo eldorado brasileiro. E de várias regiões do país colocavam-se em marcha em caminhões, ônibus carros de passeio na estrada de terra, barro e poeira para chegarem a Rondônia. Nos dados contidos nos relatórios já não havia mais condições de receber novos colonos devido a grande intensidade de migrantes que chegavam a procura de lotes rurais. Por isto foram criados posteriormente mais 04 Projetos Integrados de Colonização PIC's assim como 02 Projetos de Assentamento Dirigidos PAD's e 04 Projetos Fundiários PF's que cobriram integralmente os 24.294.400.000ha.; pertencentes a extensão geográfica de Rondônia.

² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

³ nsanguíneo de sua mãe, e não de seu pai, contudo isto não quer dizer que os descendentes fiquem com a mãe mais sim com o irmão da mãe (o tio), logo a mulher continua sem poder possuir até mesmo seu filho. Matriarcal referente a governos exercido por mulheres e o Arquétipo da Grande Mãe É o dinamismo mais básico da psique. Seus princípios fundamentais são os de sobrevivência e propagação da espécie, daí sue essência se expressar pelo prazer da sensualidade e da fertilidade. (BYINGTON, Carlos B. **A Democracia e o Arquétipo da Alteridade**. In: **Junguiana**. Revista da sociedade brasileira de psicologia analítica. Nº. 10 ISSN 01308251989 Rio do Janeiro, setembro 1992. p.p: 92-103. p.100).

⁴ Na filiação patrilínea, chamada as vezes de direito paterno, todo indivíduo é membro do grupo parental consanguíneo de seu pai, e não de sua mãe contudo o pai detém o poder sobre seu filho. Arquétipo patriarcal Devido à capacidade de abstração

do dinamismo patriarcal, ele é o principal arquétipo organizador dos limites, das leis, dos deveres e metas da vida individual e social. (BYINGTON, Carlos B. **A Democracia e o Arquétipo da Alteridade**. In: **Junguiana**. Revista da sociedade brasileira de psicologia analítica. Nº. 10 ISSN 01308251989 Rio do Janeiro, setembro 1992. p.p: 92-103. p.100)..

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

CALDAS, Alberto Lins. **Nas Águas do Texto: Palavra, Experiência e Leitura em História Oral**. Porto Velho: Edufro, 2001.

CALDAS, Alberto Lins. Máquina Tribal Espinosa. **Revista Primeira Versão**, v. 27, n. 252, p. 2 - 15, 2010.

CASTRO, Sheila. **A Presença da Mulher na Trajetória da Colonização no PIC Ouro Preto/RO**. Monografia, apresentada na Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Departamento de História, 2009.

COSTA, Benhur Pinós da; HEIDRICH, Álvaro Luiz. A Condição Dialética de Produção do Espaço Social: microterritorializações culturais urbanas 'a Favor' e 'Contra' a Sociedade. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa; FILHO, Sylvio Fausto Gil. **Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Marge, 2007.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Autoridade do Professor: meta, mito ou nada disso?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

GALIÁS, Iraci. Ensinar – Aprender: Uma Polaridade no Desenvolvimento Simbólico. **Junguiana. Revista da sociedade brasileira de psicologia analítica**, n. 7, p 89 - 99, 1989.

GUERRA, Maria Helena Mandacaru. A Cegueira de Gandhart. **Revista Jung & Corpo**, v. 3, n. 3, 2003.

GUERRA, Maria Helena Mandacaru. A Deusa Durgã: Uma Imagem Arquetípica do Desenvolvimento Pleno da Mulher Jung & Corpo. **Revista do Curso de Psicologia de Orientação Junguiana Coligada a Técnica Corporal**, v. 4, n. 4, 2004.

GUERRA, Maria Helena Mandacaru. Violência Contra a Mulher: O rapto de Sita. Jung & Corpo. **Revista do Curso de Psicologia de Orientação Junguiana Coligada a Técnica Corporal**, v. 5, n. 5, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

JOHNSON, Robert A. SHE, **A Chave do Conhecimento da Psicologia Feminina**. São Paulo: Editora Mercúrio, 1987.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LABURTHE-Tolra P. **Etnologia –Antropologia**. Petrópolis, Vozes, 1997.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

YANNOULAS, Silvia Cristina; LENARDUZZI, Zulma Viviana e VALLEJOS, Adriana Lucila. **Feminismo e Academia**, v. 81, n. 199, p. 425 - 451, 2000.

MACHADO Lia Zanotta. **Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade in Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MOREIRA, Branca Alves e PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

ORNAT, Marcio José. Sobre Espaço E Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Revista Terr@Plural**, v. 2, n. 2, p. 309 - 322, 2008.

PELETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ática, 1997.

ROSSINI, Rosa Ester. **Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na infância e na Adolescência: Guia Prático para Educadores e Educadoras**. São Paulo: USP- CNPQ-NEMGE, 2ª edição Revista e ampliada, 2006.

SILVA, Josué da Costa, KOZEL, Salete; e GIL FILHO Sylvio Fausto (Orgs). **Da Percepção e Cognição a Representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993.

STUART, John Mill. **A Sujeição das Mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido em 16 de julho de 2013.
Aceito em 14 de maio de 2014.